COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração - 2021 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, atua desde 2004 como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, com ações centradas, neste exercício de 2021, em três grupos de atividade: **(i)** Apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas; **(ii)** Participação na Comissão de Acompanhamento de Contratos de Parcerias Público-Privadas, reformulada pelo Decreto nº 62.540, de 11 de abril de 2017; e **(iii)** Ápoio em operações financeiras de interesse da Administração.

No âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas, a CPP tem como propósito viabilizar a prestação de garantias a determinadas obrigações assumidas pelo Estado, por meio do penhor de ativos financeiros de sua titularidade, bem como participa diretamente, ou como representante da Secretaria da Fazenda e do Planejamento, nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos pela Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas para análise das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos.

Na esfera da Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP), a Companhia integra órgão voltado ao acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado - por meio das informações prestadas pelas entidades responsáveis pelos referidos contratos - com vistas à avaliação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.

A Companhia também está autorizada a participar em operações financeiras estruturadas de interesse da Administração. Neste contexto, importante destacar que a Lei Estadual n° 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

Destaca-se ainda que, numa companhia com as características de atuação da CPP, onde seus ativos, preponderantemente, são representados por aplicações financeiras que são utilizadas para garantir determinado número de contraprestações que o Estado tem junto às Concessionárias, é de fundamental importância que a gestão desta carteira de aplicações financeiras seja realizada de forma conservadora, de modo que a rentabilidade destes ativos tenham aderência aos compromissos assumidos. Nesse sentido, tais aplicações financeiras estão alocadas, principalmente, em fundos que aplicam em títulos que buscam rentabilidades aderentes às variações da Selic e Índices de Preços. Durante o exercício de 2021, por conta da pandemia e do agravamento da instabilidade política, tais ativos financeiros apresentaram grande volatilidade, principalmente os lastreados em índices de preços, o que ocasionou marcação a mercado negativa em determinados meses do ano. Tal efeito negativo foi compensado, em parte, pela diversificação realizada no segundo semestre através da operação de cessão de créditos junto à Desenvolve SP.

1. Detalhamento das atividades operacionais:

Este item atende ao inciso I, do Art. 8º da Lei nº 13.303/2016, demonstrando que as atividades desenvolvidas pela CPP estão em conformidade com os compromissos e metas estabelecidas na lei que autorizou sua criação:

(i) Apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas

A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, durante o ano de 2021, integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho nas modelagens dos projetos de concessão regidos pela Lei nº 11.079/2004 (Parceria Público-Privada) do Trem Intercidades da Secretaria de Transportes Metropolitanos, Lote Rodoanel Norte da Secretaria de Logística e Transportes, dos Presídios Estaduais da Secretaria de Administração Penitenciária, e das Escolas Integrais da Secretaria de Educação.

A CPP também apoia a atuação do Secretário da Fazenda e Planejamento no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED e a participação da Secretaria da Fazenda e Planejamento nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos projetos de concessão regidos pela Lei nº 8.987/1995 (Concessão Comum) e/ou desestatização de ativos.

Em 2021, essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren, Parques Urbanos Dr. Fernando Costa (Água Branca), Villa-Lobos e Candido Portinari, Parque Estadual Caminhos do Mar e Mosaico Paranapiacaba, da Fundação Parque Zoológico de São Paulo e do Instituto Jardim Botânico de São Paulo da Secretaria de Meio Ambiente, Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (Complexo Ginásio do Ibirapuera) da Secretaria de Esporte Lazer e Juventude, concessão do Lote Litoral Paulista, Rodovias do Bloco Noroeste (5ª rodada), Travessias Litorâneas, Ligação Planalto - Santos (Linha Verde) e dos Aeroportos da Secretaria de Logística e Transportes, Linha 08 Diamante e 09 Esmeralda, Estrada de Ferro de Campos do Jordão da Secretaria de Transportes Metropolitanos, do Casarão Mello Franco e Casa das Retortas da Secretaria de Cultura, Centro Internacional de Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e, por fim, Serviços de Loterias do Estado de São Paulo da Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas e da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

(i.1) Prestação de garantias

Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs:

Linha 4 - Amarela do Metrô de SP - O contrato de concessão patrocinada para a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Via Quatro S.A. em 29 de novembro de 2006. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia a determinadas obrigações assumidas pelo Estado com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R$ 68,3 milhões.

Linha 8 (Diamante) da CPTM - O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 108,5 milhões.

Linha 6 (Laranja) do Metrô - O Contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a Concessionária Move São Paulo S.A., previa a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia equivalente a 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. O Decreto nº 64.572, de 08/11/2019, prorrogou o prazo da caducidade da referida parceria público-privada contratada pelo Estado de São Paulo, estabelecendo seu início a partir de 09/02/2020. Em 06 de julho de 2020 foi assinado aditivo contratual transferindo a concessão para a Concessionária Linha Universidade S.A. e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223/22. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R$ 377,4 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 124,8 milhões.

FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasiliense - O contrato de concessão administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasiliense, com fornecimento de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde foi firmado entre a Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" (FURP) e a empresa CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A em 22 de agosto de 2013. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento e, adicionalmente, a 3 contraprestações mensais, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de cotas em penhor era de R$ 48,03 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 23,8 milhões.

Habitação - O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R$ 43,25 milhões.

SIM da Baixada Santista - O contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R$ 19,74 milhões.

Complexos Hospitalares: Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospitais de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar e se encontram em pleno desenvolvimento (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R$ 121,49 milhões.

(i.2) Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas

Durante o exercício de 2021, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP) à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.

Neste âmbito, destaca-se a participação da CPP nas discussões que apoiaram a decisão do Poder Concedente no reequilíbrio contratual da Linha 4 do Metrô, no reequilíbrio contratual do Projeto Tamoios (com a incorporação e continuidade do trecho Contornos) e nos reequilíbrios contratuais dos Hospitais.

(i.3) Projetos especiais

Dentre as operações financeiras destaca-se a celebração do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 25 de junho de 2021. O volume negociado entre as partes foi de R$ 78,8 milhões. Trata-se da cessão de direitos creditórios originados de contratos de empréstimos e financiamento entre esta instituição e municípios do Estado. No período, a Desenvolve SP precisava de recursos frente à necessidade de prover crédito no contexto da pandemia de Covid-19. Para a CPP, a operação tem risco de crédito reduzido, porque a carteira adquirida da Desenvolve SP tem como garantia a quota-parte de ICMS pertencente às Prefeituras.

Nova operação financeira foi celebrada em 28 de janeiro de 2022, tendo como objetivo liberar ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos contratos de financiamentos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Nesse caso, a CPP, na qualidade de interveniente-garantidora dos respectivos contratos, prestou garantias dando à totalidade das cotas do Fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimentos, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.205/0001-00, no valor de cerca de R$ 60 milhões ao BNDES (correspondência na Nota Explicativa às Demonstrações financeiras n° 5.1 - Fundo BB Renda Fixa CPP LP (BB RF LP FIC FI). Esta operação, embora realizada em 2022, o que a posiciona como um evento subsequente à data de fechamento do balanço, foi trabalhada e negociada durante o exercício de 2021.

2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto jurídico das empresas estatais

Conforme previsto no Art. 9º do Decreto N° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta o Art. 8º do Estatuto jurídico das empresas estatais, as informações referentes ao cumprimento de políticas públicas, sustentabilidade financeira e governança corporativa foram incluídas neste Relatório de Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras anuais, estando o Relatório Integrado previsto no inciso IX, do mesmo artigo, elaborado em documento autônomo e disponibilizado no portal Companhia.

i. Sustentabilidade financeira

Segue abaixo o saldo da posição de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021, sendo que tais aplicações se apresentam como principal lastro para os compromissos representados pelas garantias prestadas através de penhor de cotas ou fianças prestadas:

Fundos de Investimentos e outros ativos financeiros	Ativos totais
BB RF LP FIC FI	56.779.418
CPP Projetos	864.465.843
BB REF DI TP FI LP	11.620.622
BB TESOURO SP II FI	114.285.809
BB CDB DI	189.563
FI R.F (Linha 4)	722.976.470
Aplicações financeiras, por tipo/fundo	**1.770.317.725**
Recebíveis - Desenvolve SP	69.376.615
Total	**1.839.694.340**

Abaixo, é apresentada a posição do comprometimento parcial dos ativos/aplicações financeiras, representado pelo penhor de cotas e fianças prestadas, na mesma data de 31 de dezembro de 2021:

	Ativos Dados em Garantia	
Compromissos assumidos através de penhor de cotas e fianças prestadas (garantias corporativas)	Segregados	Fianças (Garantia Corporativa) (*)
PPP Linha 4	68.344.822	-
PPP da FURP	48.030.650	23.800.000
PPP Linha 6	377.415.774	124.800.000
PPP Habitação Lote 1	43.251.892	-
Contrato Hospital São José dos Campos	35.049.575	-
Contrato Hospital Sorocaba	42.835.590	-
Contrato Hospital Pérola Byington	43.606.978	-
PPP da RMBS - ônibus + VLT	19.742.233	-
Linha 8 (Diamante) da CPTM	-	108.500.000
Total	**678.277.514**	**257.100.000**

(*) Valores aproximados

Com base nas duas tabelas apresentadas acima, é possível verificar que a totalidade das aplicações financeiras é suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos nas garantias prestadas na forma de penhor de cotas de fundos e fianças prestadas, bem como para fazer frente aos custos e despesas operacionais e tributárias. Tal fato, evidencia a sustentabilidade financeira da CPP.

Resultado contábil e fiscal

O lucro líquido contábil apurado em 2021 foi de R$ 76,743 milhões, apresentando um crescimento de 5,8% quando comparado com o lucro líquido contábil de R$ 72,533 milhões apurado em 2020. Em que pese este crescimento verificado no lucro líquido contábil de 2021, o ambiente macroeconômico foi de um quadro de grande volatilidade no mercado de taxas de juros, o que acarretou marcação a mercado negativa nos títulos e valores mobiliários que compõem os fundos de investimento onde a CPP aplica suas disponibilidades. A operação de cessão de créditos realizada com a Desenvolve SP contribuiu positivamente no resultado financeiro da CPP.

Em que pese o lucro societário apresentado, a CPP apresentou prejuízo fiscal de R$ 16,580 milhões, motivado pela dedutibilidade fiscal dos Juros sobre Capital Próprio, os quais são calculados, de uma forma geral, aplicando-se a variação da TJLP (taxa de juros de Longo Prazo) sobre o saldo das contas do patrimônio líquido do exercício anterior. A TJLP apresentou em 2021 uma variação percentual acima da Selic, com taxa média praticada equivalente a 4,8% (4,87% em 2020), sendo que a Selic média de 2021 foi de 4,38% (2,75% em 2020).

ii. Governança Corporativa

Em matéria de Governança Corporativa, preliminarmente, devem ser consideradas todas as peculiaridades que envolvem a Companhia, notadamente: (**1**) Atividade de baixo risco operacional - centrada na gestão de aplicações financeiras que servem como lastro das garantias prestadas (art. 8º, Lei nº 11.079/04) no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo; (**2**) Estrutura enxuta, que atualmente conta com 9 (nove) colaboradores; e (**3**) Relação limitada com prestadores de serviços, estando restrita às funcionalidades da Companhia (ex. contabilidade, auditoria, plano de saúde). A necessidade de contemplar um sistema de controle interno adequado à estrutura enxuta da CPP é corroborada por órgãos normativos e reguladores, em especial pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do Comunicado SDG N° 035/2015, que assevera que "O *exercício do controle interno em cada caso também dependerá do porte e da complexidade inerentes à entidade*." e pelo próprio Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamentou o Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecido na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A CPP tem envidado esforços para se adequar às exigências da nova legislação relativa ao Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecidas na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo como meta o pleno cumprimento da regulamentação inicial, considerando determinadas ações já concluídas, quais sejam: (**1**) adequação do estatuto; (**2**) implantação de manuais de rotinas de procedimentos, regulamentos internos e código de conduta; (**3**) avaliação de administradores; entre outras. Por outro lado, as ações de regularização e atendimento à legislação de governança que ainda estão em andamento e devem ser conduzidas respeitando-se o princípio da economicidade em todas as suas soluções, não havendo superposição aos procedimentos já adotados na prestação de informações à sociedade e ao acionista controlador, veiculadas regularmente nos sítios governamentais.

(ii.1) Detalhamento da avaliação dos administradores

Em atendimento ao que dispõe o artigo 12 da Deliberação 04/2019 emitida pelo CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo, segue resumo da avaliação dos administradores da CPP:

Avaliação dos conselheiros de administração:	**Média (1 a 4)**
Enquanto órgão colegiado	3,35
Auto-Avaliação (individual de cada conselheiro)	3,63
Avaliação individual de cada conselheiro sobre os membros da Diretoria	3,35
Nota final atingida	**3,44**
Avaliação dos diretores:	**Média (1 a 4)**
Auto-Avaliação (individual de cada diretor)	3,54
Escala - atribuição de avaliação	**Nota**
Mudanças relevantes são necessárias	1,00 a 1,75
Algumas mudanças são necessárias	1,76 a 2,50
Satisfaz as expectativas legais e estatutárias	2,56 a 3,25
Supera as expectativas legais e estatutárias	3,26 a 4,00

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos conselheiros de administração abordou os seguintes aspectos: **(A)** Avaliação enquanto órgão colegiado: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) Funcionamento do Conselho de Administração; (v) Conhecimento técnico e da Companhia. **(B)** Auto-avaliação: (i) preparo e dedicação pessoal; (ii) postura nas reuniões do colegiado; (iii) aperfeiçoamento técnico; (iv) identificação de situações de conflito de interesses. **(C)** Avaliação dos membros da Diretoria: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo e; (iv) Interação com o Conselho de Administração.

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos diretores contemplou auto-avaliações abordando os seguintes aspectos: (i) Nível de conhecimento sobre a missão, visão, valores, estratégia e planos de negócios da empresa; (ii) Formulação da estratégia de longo prazo com análise de riscos e oportunidades; (iii) Contribuição para a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo da Companhia; (iv) Postura nas reuniões de diretoria; (v) Prestação de informações acerca das questões relevantes ao Conselho de Administração, assim como de documentos e pareceres; (vi) Conhecimento e cumprimento de recomendações do Conselho Fiscal e auditorias.

3. Políticas implementadas:

(i) Distribuição de Dividendos

A política de Distribuição de Dividendos da Companhia está descrita na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de n° 13.d.

(ii) Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas está fundamentada no seu elemento-chave, qual seja, a Comutatividade, que visa impedir a transferência indevida de resultados entre a Companhia e suas Partes Relacionadas. As relações existentes entre as Partes Relacionadas estão amparadas por atos administrativos e outros normativos legais.

Além da prestação de garantias prestadas às Concessionárias para garantir determinado número de contraprestações do Estado de São Paulo nos contratos de parcerias público-privadas, é importante destacar que foi firmado Contrato de Cessão de Crédito, sem direito de regresso, junto à Desenvolve SP, onde foi adquirida uma carteira de créditos concedidos para determinados municípios no valor total de R$ 78,8 milhões. Destaca-se ainda, operação de garantia prestada através de penhor de cotas de fundo de investimento, para o Estado de São Paulo em determinados contratos de crédito junto ao BNDES, conforme informado na nota (1.i.3) Projetos Especiais.

(iii) Divulgação de Informações Relevantes

Respeitado o disposto no item 2.(ii) deste Relatório da Administração, a Companhia declara que procura divulgar adequadamente as informações julgadas relevantes: (**1**) sempre com base na necessidade de usuários externos e da sociedade em geral - precipuamente ao Estado de São Paulo: na relação existente entre Poder Concedente e Concessionárias, decorrente dos contratos de concessão em que a Companhia presta garantias, com a correspondente divulgação na Nota Explicativa n° 9 das Demonstrações Financeiras - para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores; (**2**) com confiabilidade e qualidade; (**3**) com homogeneidade e simultaneidade, na gestão dos negócios, fatos ou atos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico, capazes de afetar valor da empresa ou influenciar a decisão dos acionistas ou a percepção da sociedade; (**4**) garantindo acesso às informações de caráter societário e de atos ou fatos relevantes a todos os agentes da sociedade, aos empregados, à imprensa e aos acionistas.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em unidades de reais R$)

Ativo	N. Expl.	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**1.198.540.602**	**652.048.490**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	1.092.040.746	587.556.333
Bancos		535	70
Aplicações Financeiras		1.092.040.211	587.556.263
Direitos Realizáveis		106.499.856	64.492.157
Créditos a Receber		–	66.500
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	**6**	27.717.899	–
Adiantamento a Funcionários		5.028	–
Impostos e Contribuições a Recuperar	**7**	63.950.456	55.236.482
Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos	**15**	14.676.446	9.039.158
Outros Créditos		27	17
Despesas Antecipadas		150.000	150.000
Não Circulante		**722.682.727**	**1.282.775.024**
Realizável a Longo Prazo		722.539.489	1.282.632.484
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	**6**	41.658.716	–
Depósitos Judiciais	**8**	2.603.259	–
Fundo de Investimento em Garantia	**9**	678.277.514	1.282.632.484
Investimentos	**10**	143.238	142.540
Total do Ativo		**1.921.223.329**	**1.934.823.514**

Passivo e Patrimônio Líquido	N. Expl.	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**90.316.903**	**92.226.049**
Contas a Pagar		180.893	174.365
Obrigações Tributárias	**12**	782.332	886.272
Obrigações Sociais e Trabalhistas		578.362	505.137
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	**11**	88.434.116	90.660.275
Provisões para Contingências Fiscais	**8**	341.200	–
Patrimônio Líquido	**13**	**1.830.906.426**	**1.842.597.465**
Capital Social		1.439.412.180	1.439.412.180
Reserva Legal		90.278.238	86.441.084
Reserva de Lucros		301.216.008	316.744.201
Total do Passivo e Patrimônio Liquido		**1.921.223.329**	**1.934.823.514**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em unidades de reais R$)

			Reservas de Lucros			
	N. Expl.	Capital Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2020		**1.439.412.180**	**82.814.387**	**338.497.226**	**–**	**1.860.723.793**
Lucro Líquido do Período		–	–	–	72.533.947	72.533.947
Constituição de Reserva Legal		–	3.626.697	–	(3.626.697)	–
Destinações (na Forma de Juros s/ Capital Próprio):						
Juros sobre o Capital Próprio		–	–	–	(90.660.275)	(90.660.275)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	(21.753.025)	21.753.025	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**1.439.412.180**	**86.441.084**	**316.744.201**	**–**	**1.842.597.465**
Saldos em 01 de Janeiro de 2021		**1.439.412.180**	**86.441.084**	**316.744.201**	**–**	**1.842.597.465**
Lucro Líquido do Período		–	–	–	76.743.077	76.743.077
Constituição de Reserva Legal		–	3.837.154	–	(3.837.154)	–
Destinações (na Forma de Juros s/ Capital Próprio):						
Juros sobre o Capital Próprio	**11**	–	–	–	(88.434.116)	(88.434.116)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	(15.528.193)	15.528.193	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**13**	**1.439.412.180**	**90.278.238**	**301.216.008**	**–**	**1.830.906.426**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em unidades de reais R$)

Receitas (Despesas) Operacionais	N. Expl.	31/12/2021	31/12/2020
Administrativas		**(9.310.243)**	**(8.765.245)**
Honorários de Administradores e Salários	**16**	(4.096.570)	(3.737.500)
Publicação Legal	**17**	(103.431)	(94.313)
Serviços de Terceiros	**17**	(594.325)	(606.732)
Despesas Gerais e Administrativas		(13.724)	(19.393)
Despesas Tributárias	**18**	(4.160.993)	(4.307.274)
Contingências Judiciais	**8**	(341.200)	–
Depreciação e Amortização		–	(33)
Financeiras	**14**	**80.171.452**	**72.242.189**
Receitas financeiras		89.316.522	92.579.262
Despesas financeiras		(9.147.971)	(20.362.286)
Dividendos e ou Juros sobre Capital Próprio		2.901	25.213
Outras Receitas Operacionais		244.580	17.845
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		**71.105.789**	**63.494.789**
Apuração de Tributos		5.637.288	9.039.158
Imposto de Renda	**15**	4.145.065	6.646.440
Contribuição Social sobre o Lucro	**15**	1.492.223	2.392.718
Lucro Líquido do Exercício		**76.743.077**	**72.533.947**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		0,05332	0,05039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em unidades de reais R$)

	2021	2020
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	76.743.077	72.533.947
Resultado Abrangente do Exercício	**76.743.077**	**72.533.947**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em unidades de reais R$)

Atividades Operacionais	N. Expl.	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício		76.743.077	72.533.947
Ajustes por :			
Depreciação		–	34
(Receitas) com Investimentos		–	(20.540)
(Receitas)/Perdas Financeiras de Longo Prazo (Liquidas, Investimentos em Garantia)	**9.1**	(27.562.317)	(54.115.581)
(Receitas) Financeiras de Longo Prazo (Recebíveis)	**6**	(6.996.634)	–
Variação Monetária Ativa de Depósitos Judiciais	**8**	(90.946)	–
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado		42.093.180	18.397.860
(Aumento) Redução em Recebíveis	**6**	(62.379.981)	–
(Aumento) Redução em Créditos a Receber		66.500	–
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(5.028)	12.307
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		(14.351.262)	(16.359.402)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(10)	(7)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	**9.1**	631.917.287	(20.499.623)
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	**8**	(2.512.313)	–
(Aumento) Redução em Valores Mobiliários		–	9.347.085
(Aumento) Redução em Investimentos		(698)	–
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		6.529	598
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		(103.941)	214.491
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		73.225	128.959
Aumento (Redução) em Provisões p/Contingências Fiscais	**8**	341.200	–
		553.051.508	(27.155.592)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		595.144.688	(8.757.732)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Pagamento dos Juros sobre Capital Próprio	**11**	(90.660.275)	(23.020.402)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos		(90.660.275)	(23.020.402)
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		504.484.413	(31.778.134)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		587.556.333	619.334.467
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1.092.040.746	587.556.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional: A **Companhia Paulista de Parcerias - CPP,** constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. Adicionalmente, a Lei Estadual n° 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

2. Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das SAs nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14/03/2022, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis são apresentadas em unidades de Real (R$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. **d) Demonstração do Resultado Abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

**3. Principais